

Da história das mulheres à história de gênero: percursos desses campos de pesquisa na produção historiográfica em Goiás (1990-2010)

Rogério Chaves da Silva (Doutorando UFG/Bolsista FAPEG)

A produção de pesquisas sobre história das mulheres e de gênero é um fenômeno recente na historiografia em Goiás. Florescidas no alvorecer da década de 1990, as alamedas da história das mulheres foram pavimentadas, inicialmente, por trabalhos estribados em instrumentais teóricos marxistas, voltados, sobretudo, para as problemáticas relativas ao trabalho feminino. No transcorrer da década em pauta, a repercussão dos textos da historiadora americana Joan Scott e o ingresso de docentes que atuavam nesse campo de pesquisa foram fatores primordiais para que as novas investigações começassem a operar com a categoria “gênero”.

Manuseando as investigações brotadas no interior do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em História da Universidade Federal de Goiás, desde sua criação, em 1972, até o ano de 2006ⁱ, verificamos que a primeira pesquisa que trabalhou com o tema “história da(s) mulher(es)” foi a dissertação de mestrado de Maria Lúcia V. Tomazzini, intitulada “Mulher Gari: História e Memória da Força de Trabalho Feminina – Goiânia (1979-1988)”, defendida em 1990. Objetivando elaborar um estudo sobre a mulher trabalhadora em Goiás, a autora focaliza sua investigação nas varredoras de ruas de Goiânia, a “mulher gari”. No intento de demonstrar a especificidade que envolvia a mulher no interior da classe trabalhadora, Tomazini ressalta que “a gari” se deparava com uma discriminação de duplo caráter: de classe (no sentido do estereótipo social de inferioridade destinado ao trabalho de varrição de rua, a “lixeira”) e de sexo (concernente a um mercado de trabalho sexualizado).

Analisando o trabalho da mulher sob o modo de produção capitalista no Brasil e em Goiás, Tomazini afirma que o modo de produção capitalista não é a gênese do processo de dominação “de classe e de sexo”, mas o intensifica. Investindo no esquadramento da relação entre os sistemas patriarcal e capitalista, a autora

10.4025/6cih.pphuem.490

assevera que o capitalismo se apropriou da ideologia patriarcal, expressa na diferenciação de caráter biológico dos trabalhos feminino e masculino, para a subjugação de segmentos sociais com vistas ao favorecimento da dinâmica do capital. Dessa forma, utilizou-se da mulher seja como geradora de valores de uso (com seus afazeres domésticos) ou como força de trabalho potencial, pressionadora de níveis salariais. Integrada na produção social, a mulher se viu diante de um mundo do trabalho hierarquizado e sexualizado que discrimina a mão-de-obra feminina: seja recebendo inferior remuneração, praticando dupla até tripla jornada de trabalho (dividida entre o trabalho remunerado e os afazeres domésticos), seja como alvo de estigmas de cunho biológico e social, enfim, subalternizando o trabalho feminino.

É importante destinar relevo ao fato que se trata de um trabalho que opera, fundamentalmente, com instrumentais teóricos marxistas. Considerando o aporte teórico adotado como fio condutor, a noção de classe torna-se muito cara à análise da autora. É um estudo acerca da “história” e “memória” da “mulher gari” fortemente entrecortado pela preocupação em demonstrar as especificidades da força de trabalho “dessa mulher” no interior da classe trabalhadora. Por ser uma pesquisa produzida em fins de 1980 e defendida em 1990, a categoria “gênero” ainda não havia sido absorvida pela autora. A pujança que o referencial teórico marxista apresenta para a investigação bem como a não operação com a categoria gênero acabou acarretando alguns desdobramentos analíticos visíveis. As entrevistas feitas com os gestores das empresas de limpeza urbana e com os dirigentes sindicais revelam uma preocupação maior em compreender a categoria em si (os trabalhadores de varrição de ruas) do que propriamente em relevar traços específicos das representações construídas acerca da “mulher gari”. Nesta direção, Tomazini trouxe à baila longos trechos de reportagens jornalísticas que deram ampla divulgação às mobilizações dessa categoria.

Agregado a esses aspectos, percebe-se uma tendência, por parte da autora, em uniformizar as mulheres. O próprio uso da expressão “mulher gari”, no singular, e a ausência de problematização acerca desse uso terminológico, indiciam que a autora não contempla as diferenças dentro da diferença: acaba homogeneizando essas

mulheres, elidindo a pluralidade de pensamentos, comportamentos, expectativas e visões de mundo existentes no universo feminino. Além disso, ainda que houvesse a preocupação de Tomazini em localizar especificidades concernentes à “mulher gari” no cotidiano de trabalho, ela examina várias questões relativas ao trabalho da “mulher gari”, tomando-as como particularidades femininas, mas que, na prática, eram comuns a todos os varredores de rua (mulheres e homens).

Outra dissertação produzida na década de 1990, defendida em 1997, foi a de Maria José G. Bittar, “As Três Faces de Eva na Cidade de Goiás”. Nessa pesquisa, a autora investiga os papéis sociais desempenhados pela mulher em diferentes momentos da história da cidade de Goiás durante os séculos XVIII, XIX e início do XX. Na perspectiva de Bittar, as diferentes identidades sociais vivenciadas pela “mulher vilaboense”ⁱⁱ, em determinados momentos da história da cidade, foram engendradas por certas condições de ordem econômica, social e cultural ocorridas em Goiás. Esteada no conceito de tipo ideal de Max Weber, a autora assevera que essas identidades sociais foram: a “concupina”, que predominou desde o início do povoamento até as primeiras décadas do XIX; a “matriarca”, que prevaleceu durante o século XIX; e a identidade “intelectual”, que marcou a mulher vilaboense em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Uma nova identidade social vivida pela mulher vilaboense não significava o abandono por completo da já vivenciada, aspectos de permanência também podem ser observados.

Embora em algumas passagens a autora demonstre que estava atenta às questões sociais que distinguem as próprias mulheres em suas vivências, algumas vezes, ela perde a dimensão das diferenças sociais. Na transição da “matriarca” para a “intelectual”, Bittar toma certas experiências de femininas como se fossem vivências das mulheres vilaboenses em geral. Além disso, considera algumas experiências individuais como se fossem exemplares para se pensar certas identidades sociais assumidas pela maioria das mulheres da cidade. Mesmo recorrendo ao debate promovido pelas especialistas em gênero no Brasil e inserindo discussões trazidas pelo pós-estruturalismo, em especial por Foucault, a autora, em alguns trechos, arrefece a perspectiva das diferenças dentro da diferença, ou seja, realça algumas experiências femininas como diversas das masculinas, mas não se atenta para a

10.4025/6cih.pphuem.490

pluralidade de certas experiências dentro do próprio universo feminino, considerando suas distinções de classe, etnias ou cultura(s).

No tocante a sua interlocução com as discussões promovidas pelas especialistas em história das mulheres e de gênero, Bittar ressalta que pretendeu evitar a perspectiva que coloca a oposição dominação masculina *versus* opressiva feminina, enxergando mais cumplicidade e amizade do que opressão entre homem e mulher em diversos momentos da história da cidade de Goiás. Ademais, almejou romper com os estereótipos da reclusão, castidade, pureza e da exacerbada religiosidade que foram emprestados à mulher do passado e consagrados na historiografia. Para a autora, a mulher vilaboense, sobretudo a “concubina”, “não reprime sua sexualidade, assim como também não se enquadra no papel de prisioneira do lar” (BITTAR, 1997, p. 97). Neste sentido, Bittar, na esteira de Mary Del Priore, confere maior visibilidade às “faces de Eva” do que propriamente às “santas-mãezinhas”.

Já nos primórdios do século XXI, Maria Meire de Carvalho apresentou a pesquisa intitulada “A invenção das “vivandeiras”: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada”, defendida em 2001. Nessa dissertação, a autora intenta compor a história das mulheres que vivenciaram a Coluna Prestes, apresentando seus papéis e experiências no decorrer da marcha, desvelando a construção da memória, dos silêncios, dos discursos e das representações construídas sobre elas. Carvalho revela que, para compreender algumas relações estabelecidas entre os integrantes da Coluna e essas mulheres, é preciso atentar-se para o fato de que as formas de pensar e a postura desses militares apresentam resquícios de uma educação de modelo positivista e de valores concernentes a uma sociedade extremamente preconceituosa em relação a atuação feminina fora do universo doméstico. A partir desse ideário positivista, prenhes de imagens idealizadas da mulher, é que, para a autora, foi forjado, no diário da marcha, o termo “vivandeiras” para se referir às mulheres que participaram da jornada. A etimologia do vocábulo assenta-se num termo francês, *vivandière*, usado para designar as mulheres que acompanhavam os exércitos em marcha vendendo víveres com as tropas. Para a historiadora, o termo, geralmente, é utilizado de forma pejorativa, pois “vivandeira é a mulher que aproveita das ocasiões de guerra para vender o corpo” (CARVALHO,

2001, p. 66). No caso da Coluna Prestes, a designação “vivandeiras”, na percepção da autora, reduz, camufla e diminui, de certa maneira, a atuação e os papéis desempenhados pelas mulheres na Coluna, tendo em vista “[...] que estes [papéis] foram convergindo pela memória masculina em esquecimento, já que, admitir a presença de mulheres numa marcha militar, afetava o rigor e a seriedade do movimento” (CARVALHO, 2001, p. 67).

A estudiosa argumenta que na construção da memória do movimento, o termo “vivandeiras” foi “inventado” por Lourenço Moreira Lima para justificar a presença das mulheres na marcha, generalizando seus papéis e, assim, minimizando a importância das diferentes atuações exercidas pelas mulheres que acompanharam a marcha. Referindo-se, continuamente, a elas como “vivandeiras”, Lima produziu um discurso que, ao mesmo tempo, incluía e excluía, pois as mulheres estavam presentes fisicamente, mas ausentes como sujeitos que participaram ativamente do movimento. Nesse sentido, a representação, de certa forma, romântica e generalizadora das “vivandeiras”, mulheres “heroínas e abnegadas”, revela que a presença delas numa marcha militar até poderia ser mencionada, no entanto, a pluralidade de seus papéis deveria ser minimizada ou até silenciada.

Problematizando de forma aguda as fontes as quais pesquisou, a autora coloca Lourenço M. Lima na condição de “guardião da memória” acerca da história da Coluna, pois foi o responsável por registrar o diário da marcha, documento este que, além de influenciar outras memórias produzidas por ex-militantes, ainda hoje é muito utilizado como fonte histórica de pesquisa sobre a história do movimento rebelde. Essa fonte histórica, não problematizada em suas minúcias, não revolvida “nos silêncios que falam e nas palavras que escondem”, acaba por perpetuar o silêncio sobre a efetiva participação feminina na marcha. Isso fica evidente na postura de outros pesquisadores que investigaram a história da Coluna a partir do diário da marcha e que se apropriaram do termo “vivandeiras” sem nenhum questionamento, passando a reproduzir o discurso de Moreira Lima. Por isso, é fundamental lançar um olhar metódico sobre os vestígios fragmentados dessas vivências pretéritas para se dê visibilidade e significação aos silêncios que colocaram as experiências dessas e de outras mulheres às margens da história.

10.4025/6cih.pphuem.490

Outro trabalho ancorado na perspectiva das relações de gênero foi o de Mônica de Paula Age, “As Parteiras na cidade de Goyaz (século XIX)”, defendido em 2003. Nesta pesquisa, a autora busca reconstruir a história das mulheres parteiras na cidade de Goiás, desvelando suas experiências por meio de representações, memórias e discursos que foram produzidos sobre elas. Intenta, assim, retirar da “invisibilidade histórica” um sujeito social que, por muito tempo, foi responsável pela saúde das mulheres vilaboenses: as parteiras.

Amparada numa abastada historiografia que trabalha com a categoria gênero, sobretudo nas análises de Joan Scott, Age examina algumas especificidades sociais que permeavam a vivência das mulheres parteiras. Ainda esteeda na categoria gênero, Age afirma que tal perspectiva contribui para a percepção das relações de poder implícitas entre os gêneros, desmistificando discursos normativos que acobertam conflitos existentes nas relações entre homens e mulheres. Neste sentido, a autora analisa “o corpo feminino como espaço de controle e punição” (AGE, 2003, p. 46), examinando as várias formas como as diferenças são “percebidas, reelaboradas e, de fato, (re)produzidas pelos sistemas de representação social” (AGE, 2003, p. 47).

Age assevera que pretende desmistificar visões sedimentadas acerca da condição submissa e de fragilidade da mulher, além de evidenciar os laços de solidariedade feminina que existiam no passado. Neste sentido, não deseja apresentar as parteiras de Goyaz como “[...] heroínas, sem contradições, ou até mesmo canonizá-las, mas sim buscar a sua participação no processo histórico e de construção do saber médico acerca do corpo feminino” (AGE, 2003, p. 55). A partir das narrativas colhidas, a autora recupera os comportamentos individuais, as práticas de medicina popular, os exercícios de religiosidade, as várias técnicas utilizadas, as rivalidades, tensões e conflitos experimentados pelas parteiras, além de extrair todas as nuances que permeavam o universo simbólico que envolvia o trato do corpo feminino, em especial a gravidez e o parto, além das particularidades que enleavam a vida de “ser parteira”.

Outra pesquisa que trafejou na atmosfera analítica das relações de gênero foi a de Mayra Rúbia Garcia, “A Princesa Infanta Joana (1452-1490)”, de 2003. Estudando a

10.4025/6cih.pphuem.490

vida da Princesa Infanta Joana, Garcia centra sua análise na opção feita pela Princesa Jurada do Reino Português em não se casar e se entregar a uma vida reclusa em um mosteiro mendicante. Por intermédio de fontes dos séculos XV e XVI, documentos manuscritos e impressos (sobretudo, memoriais e crônicas), iconografias e uma vasta bibliografia que trata da vida da Princesa, a historiadora ressalta que “buscou-se construir uma história de gênero que rompe com a tradicional visão de que a mulher na Idade Média sempre foi conduzida pelo meio” (GARCIA, 2003, p. 10).

Ao analisar a vida da Princesa Infanta Joana, Garcia enfatiza as escolhas e resistências exercidas por ela nos meios sociais em que viveu. Evidenciou a trajetória de uma mulher que se insurgiu, à sua forma, contra um destino pré-estabelecido: na condição de Princesa Jurada deveria aceitar o papel de esposa de um príncipe europeu, porém, optou por viver religiosamente em um mosteiro dominicano. Não obstante, “a construção da figura política de Princesa nunca foi dissociada da imagem religiosa de D. Joana” (GARCIA, 2003, p. 168). No interior do mosteiro viveu como uma religiosa, mas por ser uma Princesa Jurada, não pode jurar votos solenes e públicos: o casamento sempre esteve como uma possibilidade. Mesmo na vida monástica, não seguiu “religiosamente” o estatuto da Ordem; escolheu cargos, decidiu pelo desembarque de navios, recebeu visitas; ou seja, praticou política no âmago de um ambiente recluso, tornando o mosteiro uma espécie de extensão da corte de Avis. Quando morreu, mesmo não sendo uma religiosa professa, foi sepultada com o hábito da Ordem de São Domingos. No entanto, seu enterro foi digno de uma Princesa Jurada do Reino Português, não o de uma simples religiosa. Em suma, quando viveu no ambiente cortesão, Princesa Joana, em nome da vida religiosa, resistiu às escolhas que lhe foram feitas por sua família e pela nobreza; quando se encerrou no ambiente monástico, por sua condição de Princesa Jurada, transgrediu várias regras da ordem religiosa a qual se entregou.

O único historiador nesse rol de pesquisas arroladas trata-se de André Costa A. da Silva que, em 2004, defendeu a dissertação intitulada “As fontes judiciais no estudo das mulheres transgressoras de Goiânia (1940-1960)”. Enfocando os processos

10.4025/6cih.pphuem.490

judiciais em que mulheres figuravam como indiciadas, Silva examinou as transgressões femininas praticadas nessas duas décadas, bem como as imagens difundidas, no interior desses processos, sobre as mulheres que não obedeceram às leis vigentes, destinando maior atenção às visões construídas pelos “agentes públicos” acerca das transgressoras que eram prostitutas.

Além de problematizar os processos judiciais como fontes históricas, o autor examina as peculiaridades que envolveram os crimes praticados pelas mulheres num período em que Goiânia era tida, ou propagandeada, como terra das oportunidades, concretização do discurso da Marcha para o Oeste. Situando seu trabalho na órbita dos estudos de gênero, o pesquisador assevera que parte da ideia de que “[...] as mulheres não assumem apenas o papel de vítimas de maus-tratos por parte daqueles que lhe são próximos, sabemos que elas também agem e reagem” (SILVA, 2004, p. 11).

O historiador realça que, ao refletir sobre a relação entre história, crime e gênero, é importante, do ponto de vista teórico, a superação da perspectiva que considera a mulher como vítima em potencial ou como rebelde. Neste sentido, a categoria de gênero, por sua característica relacional, contribui para que o estudo não esteja encerrado numa oposição entre os sexos, mas que enxergue as diferenças existentes no interior do próprio universo feminino e também entre os homens.

Depois de problematizar a composição de suas fontes históricas, o estudioso se dedica à análise do universo simbólico que envolvia a cidade de Goiânia durante os anos 1930, 1940 e 1950. Examina ainda a origem social dessas criminosas, a “tipologia dos crimes” cometidos por elas, as “redes de solidariedade” que envolviam o mundo dos delitos e as justificativas externadas por elas no tocante às transgressões cometidas por elas.

Concedendo maior espaço à reflexão acerca dos discursos e imagens difundidas em torno das transgressoras “decaídas” (as prostitutas), Silva argumenta que todos esses discursos em tom de reprovação dirigidos à conduta das mulheres, “decaídas” ou não, contidos nos processos, foram produzidos por homens. Logo, são impressões masculinas sobre atitudes e vivências femininas. O historiador arrazoá, ao final, sobre os limites e as possibilidades dos processos judiciais como

10.4025/6cih.pphuem.490

fontes de pesquisa histórica, notadamente para a investigação de uma história das mulheres em Goiânia. Dentro dessa problemática, tencionou demonstrar que as falas das transgressoras acabavam passando por vários filtros produzidos pelos “atores e manipuladores jurídicos”, delegados, promotores, advogados e juízes. Ao mediar as versões das transgressoras, vítimas e testemunhas por meio de uma linguagem jurídica, esses filtros acabavam ocultando os sujeitos históricos envolvidos nos processos. Além disso, cada agente jurídico se valia de um referencial social para estabelecer como devia ser o comportamento feminino, geralmente um ideal de feminilidade baseado na mulher “honesta”, dedicada à família, que se contrapunha à vida das prostitutas.

A historiadora Lívia Batista Costa, defendeu, em 2006, o trabalho intitulado “Da defesa da honra à defesa da vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia”. Debruçando-se nos registros da imprensa escrita, a autora analisa como o fenômeno da violência contra a mulher se constituiu em um problema social na cidade de Goiânia. Laborando com alguns jornais do final dos oitocentos, publicados na cidade de Goiás, e, sobretudo, com periódicos impressos em Goiânia entre 1940 e 1980, Costa afirma que, após a década de 1980, com o surgimento de grupos feministas, a violência contra a mulher passa a ser debatida na sociedade goianiense como um problema social a ser combatido.

A historiadora analisa a relação existente entre os crimes contra a mulher mais noticiados pela imprensa, nas décadas de 1960 e 1970, e o problema da prostituição na cidade de Goiânia. A autora também trata da atuação do movimento feminista em Goiás a partir da década de 1980 e sua influência na forma como a imprensa escrita passou a noticiar os crimes de violência contra a mulher. As matérias de fins dos anos 1970 começam a enfatizar mais o sujeito (mulher) que sofreu a violência do que propriamente a questão da honra familiar maculada.

Costa afirma que é a partir dos anos 1980 que as mudanças no tocante à abordagem do fenômeno da violência contra a mulher são mais perceptíveis nas linhas editoriais dos periódicos. Os jornais, além noticiarem os crimes passionais contra as mulheres que ocorriam em Goiânia, começaram a destinar espaço para o debate acerca das principais causas e origens sociais desse fenômeno. Não por

coincidência, é nesse período que os primeiros grupos feministas e de valorização à mulher surgem em Goiás. Em suma, na concepção da pesquisadora, com o surgimento dos grupos feministas em Goiás houve uma espécie de politização do debate acerca da violência contra a mulher.

Para a autora, na medida em que essa violência se constituiu num problema social, encarado como uma agressão praticada por ser humano em desfavor de outro, a defesa da honra familiar deixa de ser o cerne da questão da violência contra a mulher. Extrapolando a esfera exclusiva das famílias, o delito praticado por um criminoso em desfavor de uma vítima, as razões desse crime, os impactos físicos e psicológicos causados à vítima passam a ser dignos de problematização, tanto pela imprensa, pela sociedade, quanto pelo Estado.

Portanto, ao analisarmos esses exemplares de pesquisa, constata-se que as primeiras pesquisas sobre história das mulheres florescidas no ambiente historiográfico goiano vieram matizadas por elementos teóricos marxistasⁱⁱⁱ, no entanto, ao final do último decênio do novecentos, essas investigações se enveredaram pelos caminhos analíticos das relações de gênero^{iv}. Embreando-se pelas veredas da história cultural, essa historiografia de gênero, ao abandonar os instrumentais analíticos do materialismo histórico, passou a evidenciar as formas de resistência e as transgressões femininas, as estratégias de memória, os espaços de solidariedade e sociabilidades femininas. Da proeminência emprestada às “mentalidades”, depois, destinou-se relevo aos “imaginários”, às “representações” construídas sobre e pelas mulheres. Na ânsia de se buscar indícios que revelassem o “avesso do silêncio” e que transpusessem a invisibilidade imposta ao passado das mulheres, recorreu-se, preferencialmente, à abordagem do cotidiano. Enfocando a intersecção entre as esferas pública e privada, ou prestando maior atenção nesta última, recuperaram papéis informais, aclararam situações ordinárias, pincelaram ocasiões excepcionais, tudo na tentativa de se rastrear, neste espaço produtor de história, fragmentos do feminino no passado. Interpretando as vivências femininas por meio de fontes históricas, essas pesquisas avultaram o trato com os documentos oficiais, os registros cartoriais, as obras literárias, os arquivos privados, a iconografia, os trabalhos memorialísticos, os processos criminais, todavia, lidaram,

especialmente, com periódicos e com a oralidade. No trabalho com a história oral, questões relativas à memória ditaram a tônica das reflexões. Não obstante, no entardecer da primeira década do século XXI, outros elementos historiográficos vieram à baila com essa produção histórica sobre gênero. Além do arrefecimento da perspectiva regional, em que outras delimitações espaciais sorveram o interesse das(os) historiadoras(es), como por exemplo, Europa e Caribe, percebe-se que outros recortes temporais emergiram com intensidade: a Antiguidade e a Idade Média. Agregado a isso, observa-se a efervescência de outras temáticas: as representações e o imaginário feminino, as identidades, a homossexualidade, as subjetividades, as sociabilidades e o diálogo com a história política.

ⁱ Em 2006, a Universidade Católica de Goiás, hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), criou seu Programa de Mestrado em História, sendo assim, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal de Goiás, deixou de ser o único a oferecer o curso de mestrado em História no estado. Entretanto, ainda é a única instituição a ofertar o curso de doutorado em História.

ⁱⁱ Trata-se das mulheres que viviam na cidade de Goiás que, antes de ser elevada a foro de cidade, era denominada Vila Boa de Goiás.

ⁱⁱⁱ Para Matos (1997), com a emergência do tema “história das mulheres”, muitas pesquisas privilegiaram questões atinentes ao trabalho feminino, perspectiva vinculada com a tradição marxista.

^{iv} As especialistas nesse campo de pesquisa, em sua maioria, assinalam o início dos anos 1990 como marco da absorção, pela História, da categoria gênero no Brasil, sobretudo, a partir da repercussão do texto de Joan Scott (1990).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGE, Mônica de P. Pereira da Silva. **As mulheres parteiras na Cidade de Goyaz (século XIX)**. Goiânia. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 2003.

BITTAR, Maria José G. **As Três Faces de Eva na cidade de Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1997.

CARVALHO, Maria M. **A Invenção das “Vivandeiras”: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 2001.

COSTA, Livia B. da. **Da Defesa da Honra à Defesa da Vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2006.

GARCIA, Mayra R. **A Princesa Infanta Joana (1452-1490).** Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 2003.

MATOS, Maria Izilda S. de.; SOLER, Maria Angélica (Orgs.). **Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 217-235.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

_____. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 39-95.

SILVA, André C. A. **As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressoras em Goiânia (1940-1940).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2004.

TOMAZINI, Maria Lúcia V. **Mulher Gari: História e Memória da Força de Trabalho Feminina – Goiânia (1979-1988).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1990.